

PROJETO DE LEI Nº , DE 2001
(Do Sr. Luiz Bittencourt)

Acrescenta parágrafos ao art. 282 da
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que
institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 282 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código
de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 1º e
2º, renumerando-se os demais:

“Art. 282.....

“§ 1º A notificação de infração de trânsito enviada ao
infrator, por remessa postal, deverá ser obrigatoriamente encaminhada ao
destinatário mediante aviso de recebimento (A.R.), no qual deverá constar a
identificação e endereço do remetente. (AC)

“§ 2º A notificação só será válida e eficazmente efetivada
mediante a assinatura do destinatário no aviso de recebimento devidamente
datado. (AC)

.....

.....”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A expedição de notificações de infrações de trânsito por remessa postal, ao proprietário do veículo ou ao infrator, tem gerado problemas sérios, porque é realizada sem adotar o sistema do “aviso de recebimento” (A. R.) próprio dos Correios. Dessa forma, nem sempre essas notificações chegam às mãos dos destinatários. Como consequência, os condutores autuados acabam perdendo os prazos para a apresentação de recursos contra infrações, os quais contam a partir da data da notificação da penalidade.

Ora, sabemos que o termo “notificar” significa “dar ciência a alguém da prática de ato jurídico que irá produzir efeitos na sua esfera jurídica”, no caso, a aplicação de uma penalidade de trânsito, com todos os consectuários daí decorrentes. O art. 282, do Código de Trânsito Brasileiro, ao mesmo tempo que permite que a notificação seja encaminhada por remessa postal ou qualquer outro meio tecnologicamente hábil, assegura ao cidadão “a ciência da imposição da penalidade”, sob pena de ferir-se o dispositivo constitucional que garante a todos os cidadãos o amplo direito de defesa.

Mas, para que isso possa ocorrer sem problemas, contrariamente ao que está ocorrendo hoje, será necessário que as notificações sejam remetidas via postal com o “aviso de recebimento”. Além desse sistema de entrega, com A.R., será necessário o correspondente contra recibo, firmado pelo notificando, para que, finalmente fique assegurada a imposição da penalidade e possa ser considerado o dia do recebimento da notificação como a data inicial para o transcurso do prazo de recurso, estabelecida no último parágrafo deste mesmo art. 282.

Diante dessas razões, apresentamos o presente projeto de lei, o qual, pela sua importância, esperamos ver aprovado pelos ilustres Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado LUIZ BITTENCOURT